



Jornalismo e Meio Ambiente na Amazônia¹

Allan Soljenítsin Barreto RODRIGUES²

Grace Soares COSTA³

Iraildes Caldas TORRES⁴

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

RESUMO

O paper apresenta os resultados de uma pesquisa interdisciplinar que teve como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas no Amazonas nos anos de 2005 e 2010. A pergunta que orientou a investigação foi: a imprensa escrita do Amazonas conseguiu informar eficientemente seu público sobre os fenômenos das secas e suas implicações? Para dar conta da resposta, foi necessário lançar mão de ferramentas metodológicas e arcabouços teóricos de várias áreas das Ciências Sociais, como a Comunicação, o Jornalismo, a Sociologia, a Ciência Política e outras. Como objetivo geral, tivemos a análise da qualidade das informações científicas e ambientais passadas pelos jornais Diário do Amazonas e A Crítica durante as coberturas jornalísticas dos dois eventos climáticos extremos.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Amazônia; Seca; Eventos Climáticos Extremos.

1 - Jornalismo e Democracia

No momento em que a sociedade é confrontada pelos desafios decorrentes das mudanças climáticas, cabe ao jornalismo a missão de proporcionar as pessoas informações para que tomem decisões esclarecidas sobre como enfrentar a questão ambiental. Isso porque, dentro os regimes democráticos a prática jornalística assumiu o conceito de serviço público, cabendo a ela, neste regime político, fornecer aos cidadãos as informações necessárias ao exercício da cidadania (TRAQUINA, 2005a). Neste tópico, trataremos desta função social do jornalismo a fim de subsidiar a construção das categorias de análise da cobertura das secas de 2005 e 2010 no Amazonas.

A imprensa deve atuar como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governamentais (BOYCE, 1978). Logo, o jornalismo adquire legitimidade na

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2013.

² Doutorando e Professor do Curso de Jornalismo da UFAM, email: allan_soljenitsin@yahoo.com.br

³ Professora Mestre do Curso de Jornalismo da Faculdade Martha Falcão, email: grace.soares@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Professora do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, email: iraildes@gmail.com



Teoria Democrática, cujos teóricos o concebem em uma postura clara de desconfiança em relação ao poder (TRAQUINA, 2005a). As raízes desta concepção do jornalismo, a partir da Teoria Democrática, parece estar no século XVIII, quando a elaboração de uma nova teorização de governo recebe contribuições de escritores como Charles-Louis de Secondet, o Barão de Montesquieu, em seu livro *The Spirit of Laws*, publicada em 1748. A obra exprime meio século antes das idéias da Revolução Francesa as bases de alguns direitos consagrados apenas no século XX com a Declaração dos Direitos do Homem.

A democracia necessita de pessoas bem informadas assim como um jornal depende de confiança pública. Antes de ser tratado como uma atividade lucrativa, o jornalismo precisa ser visto como um serviço público e como tal deverá orientar suas atividades (NOBLAT, 2002). Entendido desta forma, os noticiários devem transmitir entendimento, pois é do conhecimento que deriva o poder, e na democracia o poder é dos cidadãos. “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

1.2 - Princípios do Jornalismo

O estudo quantitativo e qualitativo da cobertura das secas de 2005 e 2010 no Amazonas pelo método da análise de conteúdo requer a construção de categorias de análise com base em critérios objetivos. A proposta desta pesquisa é construí-las tendo como base a função do jornalismo nos regimes democráticos, tratada anteriormente, seus princípios gerais, objeto deste tópico, e, mais à frente, os referentes especificamente ao jornalismo científico e ambiental. Ao longo do tempo o jornalismo incorporou uma série de princípios ou valores que passaram a nortear o exercício da profissão a fim de garantir a qualidade da informação transmitida à sociedade (TRAQUINA, 2005a).

Elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam não é tarefa fácil, pois estão em constante mutação e não há consensos construídos formalmente entre a categoria. Em razão disso, adotaremos a proposta de Kovach & Rosenstiel (2003), que após 300 entrevistas com jornalistas organizaram uma lista com nove princípios capazes de permitir ao jornalismo alcançar sua finalidade. Ao trabalho dos autores acrescentamos outras contribuições teóricas de pesquisadores brasileiros do campo da comunicação.



Compromisso com a verdade: o primeiro compromisso do jornalismo deve ser com a verdade (PENA, 2005). Antes de discorrer propriamente sobre este princípio, faz necessário esclarecer que trabalhamos com o conceito de Kovack e Rosenstiel (2003) no qual a verdade jornalística é diferente da verdade filosófica, pois a primeira é construída paulatinamente, matéria a matéria, visando o entendimento do fato no todo.

Lealdade ao interesse público: Essa obrigação social do jornalista o leva além dos interesses imediatos de seus patrões e essa mesma obrigação pode ser alavancadora do sucesso financeiro desses mesmos patrões. Chamamos de independência jornalística o fato do jornalismo ser financiado pelo setor privado, mas servir aos interesses públicos (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003).

A disciplina da verificação: Para Kovach & Rosenstiel (2003), essa disciplina da verificação separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da literatura ou da arte. “Os repórteres devem ser obstinados em sua missão, além de disciplinados na luta para ir além de sua própria perspectiva dos fatos (p.142).

Independência das fontes: Chaparro (2001) considera que a organização e a capacitação discursiva das fontes foi a mais importante modificação ocorrida nos processos jornalísticos nos últimos quarenta anos. “Mas há também que resistir à sedução dessa competência, cujo efeito danoso é a preguiça para o trabalho indispensável de investigar. Esse, o papel cultural e político do jornalismo e dos jornalistas” (CHAPARRO, 2001, p.18).

Ser um monitor independente do poder: O princípio de guardião do interesse público do jornalismo se aplica tanto às ações do governo quanto as demais instituições poderosas da sociedade (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003). Cabe os jornalistas romper com a concepção de bipolarização (jornalismo *versus* governos) dos conflitos do poder, pois há sempre um terceiro pólo que precisa ser levado em consideração e ganhar identidade: o povo.



Promover um fórum para a crítica e o comentário público: O jornalismo deve contribuir para a formação da opinião pública sobre o fato em questão. Essa função da imprensa possibilitaria a criação de sociedades democráticas, pois encoraja a conciliação, o alicerce da democracia (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003).

Apresentar o significativo de forma interessante e relevante: Pena (2005) considera que revelar o modo como as notícias são produzidas é mais do que a chave para compreender seu significado, é contribuir para o aperfeiçoamento democrático da sociedade. “O fato é que os jornalistas se valem de uma cultura própria para decidir o que é ou não é notícia. Ou seja, têm critérios próprios, que consideram óbvios, quase instintivos” (p.71).

O jornalista tem um dever com sua consciência: O último, porém não menos importante, princípio preconiza que todos os jornalistas – da redação à sala da diretoria – devem ter um sentido pessoal de ética e responsabilidade – um bússola moral (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003). O profissional da notícia deve perceber que tem uma responsabilidade de dar voz, bem alta, a sua consciência e permitir que outros ao seu redor façam a mesma coisa.

1.3 Jornalismo Científico e Ambiental

1.3.1 Jornalismo Científico

Adotamos aqui a proposta de Bueno (1984) quando sugere como base a proposta de José Marques de Melo para conceituar o jornalismo científico como: “um processo social que articula a partir de relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos/receptores) através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) de natureza científica e tecnológica em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)” (BUENO, 1984, p.22). O autor acrescenta, porém, uma função social ao jornalismo sobre ciência, que seria uma postura crítica e a não adesão ao movimento de alguns cientistas e intelectuais que ainda fazem apologia dos fatos e das informações científicas, dando a ciência um caráter fetichista.

1.3.2 Jornalismo Ambiental



A função social deste jornalismo ambiental seria propor-se política, social e culturalmente engajado com a causa do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. “Só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses (BUENO, 2007, p.29). O atingimento desta função, que não se descola da função social do jornalismo de forma geral, necessitaria da observância de alguns princípios e procedimentos que a comunidade jornalística do campo ambiental vem adotando ao longo dos anos. Com objetivo de subsidiar a análise da cobertura das secas de 2005 e 2010 no Amazonas, objeto desta pesquisa, procedemos uma revisão da bibliografia produzida a este respeito e destacamos os oito pontos convergentes apontados pelos autores consultados.

2 - Questão Ambiental e Mudanças Climáticas

A crise ambiental que vivemos veio questionar o modelo de desenvolvimento econômico atual (LEFF, 2008). Para o autor, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção e o resultado disso é o processo atual de destruição ecológica que tem como consequência mais grave as mudanças climáticas. A solução para a questão ambiental não se dará mais pelo progresso técnico, substituição de recursos escassos ou pelo aproveitamento de espaços não explorados, pois a degradação ambiental seria, na verdade, uma crise de civilização. A crítica de Leff traz consigo os principais argumentos discursivos contrários ao modelo econômico insustentável contemporâneo.

O modelo de desenvolvimento econômico baseado nos princípios do capitalismo, adotado pela maioria dos países, pôs em risco a sobrevivência humana no planeta ao promover exploração insustentável dos recursos naturais e ao poluir o ambiente. A consequência mais catastrófica desses dois fatores são as mudanças climáticas⁵ globais, que já se manifestam por meio de furacões, grandes estiagens, enchentes, aumento da temperatura, desertificação, extinção de espécies da fauna e da flora e outros fatores igualmente preocupantes. Tais consequências atingem diretamente a produção de alimentos, os mananciais de água potável, a geração de energia, a qualidade do ar e, conseqüentemente, a capacidade de sobrevivência da humanidade diante destas condições extremas.

⁵ Mudanças climáticas é outro nome dado para o aquecimento global, acontecem quando são lançados mais gases de efeito estufa (GEEs) do que as florestas e os oceanos são capazes de absorver.



2.1 - As Secas de 2005 e 2010

É no contexto descrito no item anterior que ocorre no Estado do Amazonas, Brasil, duas das maiores vazantes registradas na região amazônica, e cuja cobertura jornalística constitui-se o objeto de análise desta tese. Conforme demonstrado no item 2.2, em 2005, quase todos os chefes de Estado do mundo desenvolvido mostraram-se preocupados com a questão. Devido a esse fato, a imprensa mundial passou a dar grande espaço em seus noticiários para as mudanças climáticas e seus efeitos, muitas vezes de forma irresponsável e sensacionalista. As previsões, algumas catastróficas, exerceram um poder irresistível de atração junto aos jornalistas.

Os veículos de comunicação de locais, nacionais e internacionais transformaram as secas de 2005 e 2010 em indícios de que as mudanças climáticas, provocadas pelo aumento da temperatura do planeta, começaram a ter efeitos sobre a Amazônia. Jornais, televisões, sítios na internet e rádios transmitiram ao mundo os relatos de uma vazante severa e sem precedentes, cujas consequências ameaçavam o modo de vida das populações tradicionais e a sobrevivência de milhares de espécies da fauna e da flora amazônica. No entanto, como demonstra um levantamento preliminar feito para a composição do projeto de pesquisa que deu origem a esta tese, dois anos após o fenômeno tanto as causas quanto as consequências das secas de 2005 e 2010 foram, pouco a pouco, caindo por terra diante dos fatos científicos que vieram à tona, com menos destaque, nos mesmos veículos de comunicação.

2.2 - A Questão Ambiental e o Jornalismo

Os alertas feitos por Leff (2008) e os dados apresentados nos itens anteriores nos levam a crer que a humanidade precisará optar por novo paradigma econômico ou adaptar o já existente às variáveis ambientais. Tal opção precisará ser global, e isso envolverá a participação esclarecida da sociedade civil organizada e dos governos. Uma das principais fontes de informação que irá subsidiar este debate será os *Mass Media* e, conseqüentemente, o jornalismo. A imprensa deverá ter papel central ao ajudar na mediação das informações científicas, ao contextualizar os fatos, ao dar oportunidade para que todos os discursos (contras e à favor das transformações) cheguem às pessoas e fiscalizar as ações governamentais.

Para Ziggiatti (2000), diante da questão ambiental o papel do jornalismo na democracia volta-se para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável. A autora enfatiza que todos



têm direito à informação e que a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica embutida nas questões ambientais. A mídia deve expressar a pluralidade de opiniões em matérias controversas e proporcionar um retrato não fragmentado da realidade. Ziggiatti, por um lado, destaca o reconhecimento do papel mobilizador dos meios de comunicação e da necessidade de qualificar a informação para que ela funcione como instrumento de pressão, e por outro, defende a afirmação de um direito inalienável do homem, que é o de ter/receber informações de natureza plural e não fragmentada.

3 - Análise de conteúdo das matérias:

A metodologia utilizada na pesquisa fez uso tanto de métodos quantitativos como qualitativos. No campo quantitativo, utilizamos a análise de conteúdo, pois se apresenta como um dos métodos mais eficientes para rastrear por sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997). O método qualitativo fica por conta da realização e análise de entrevistas em profundidade com jornalistas, leitores qualificados e fontes sobre os resultados obtidos na tabulação os dados da análise de conteúdo e outros aspectos que não são possíveis de aferir apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias sobre as secas de 2005 e 2010. Tratamos aqui neste capítulo de dar conta do que preconiza Melo (2009) ao ressaltar a importância não somente de realizar pesquisas relevantes sobre problemas cruciais, mas também de explicá-las de modo compreensível com objetivo de facilitar sua compreensão pelos agentes profissionais que poderão fazer uso dos resultados no interior do sistema produtivo.

Amparada nos pressupostos descritos acima, foi realizada a análise do conteúdo jornalístico publicado nos jornais A Crítica e Diário do Amazonas sobre as secas de 2005 e 2010. A escolha destes periódicos diários deu-se pelo fato de serem o primeiro e o segundo de maior circulação no Amazonas respectivamente. O método consistiu no recolhimento e análise 112 textos jornalísticos publicados de agosto a dezembro dos anos em que ocorreram os fenômenos (51 referentes à seca de 2005 e 61 à seca de 2010) nos jornais A Crítica (28 matérias em 2005 e 41 em 2010) e Diário do Amazonas (23 matérias em 2005 e 20 em 2010) com objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias de análise. Figuraram como critérios para seleção dos textos: os mesmos conterem as palavras-chave seca, estiagem ou vazante; terem sido publicadas no 2º semestre dos anos de 2005 e 2010 (período da vazante dos rios



na Amazônia); e pertencerem ao gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por Melo (2010).

O método de escolha das categorias teve como princípios os requisitos previstos por Bardin (2010). Uma vez definido o objetivo da análise (verificar a qualidade da informação científica e ambiental da cobertura jornalística das secas de 2005 e 2010 feitas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas) definiu-se o corpus da pesquisa (exposto no parágrafo anterior) e a escolha das categorias de análise baseadas nos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental. A escolha das categorias teve também como base as seguintes premissas: a exclusão mútua (um elemento não pode ser classificado em duas ou mais categorias), a homogeneidade (num mesmo conjunto categorial só pode funcionar com uma dimensão de análise), a pertinência (as categorias deveriam estar adaptadas ao material de análise escolhido e pertencente ao quadro teórico escolhido), a objetividade e fidelidade (as diferentes partes de um mesmo material analisado devem ser codificadas da mesma maneira) e a produtividade (um conjunto de categorias é considerado produtivo quando oferece resultados férteis) (BARDIN, 2010).

Dadas as premissas para a categorização da análise de conteúdo das reportagens e sem perder de vista o objetivo de averiguar a qualidade da informação jornalística científica e ambiental tendo como base os princípios gerais do jornalismo (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003) e dos seus subgêneros científico (BUENO, 1984) e ambiental, definimos cinco categorias cujos elementos de análise estão presentes no corpo teórico descrito no primeiro capítulo: Precisão, Independência, Pluralidade, Contextualização e Sensibilização.

Categoria de Análise	Elementos analisados nas reportagens nas categorias
Precisão	A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo.
Independência	Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010.
Pluralidade	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.
Contextualização	A contextualização das causas e



	consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.
Sensibilização	Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.

Quadro 1 – Categorias de Análise

O estudo focado apenas nas mensagens (matérias) não oferece elementos suficientes para o conhecimento da lógica organizacional por trás da produção das mensagens (SHOEMAKER & REESE, 1996) e nem dos feedbacks das fontes e dos leitores. Segundo Laswell (1927), a análise de conteúdo descreve com objetividade e precisão apenas o que é dito sobre um determinado tema, num determinado lugar num determinado espaço. Acreditamos que esta pesquisa avança em não restringir-se ao estudo apenas da mensagem, restrito ao polo emissor, como a maior parte dos estudos de jornalismo comparado consultados. Para dar conta dos objetivos traçados, focamos o processo de comunicação estabelecido entre os jornais e seus leitores de forma mais ampla. Para tanto, também lançamos mão do método qualitativo das entrevistas em profundidade com os jornalistas envolvidos na produção, revisão e aprovação dos textos, com as fontes que os alimentaram de sentidos e leitores qualificados (cientistas, sociedade civil organizada e tomadores de decisões públicas).

1º Grupo – Jornalistas envolvidos na cobertura das secas de 2005/2010:

A composição do deu-se após a análise de conteúdo das matérias, quando se constatou que envolvera-se diretamente na cobertura 26 repórteres do jornal A Crítica e 17 do Diário do Amazonas. Foram escolhidos os dois repórteres de cada jornal que mais atuaram na produção de reportagens em 2005 e 2010, informação esta também resultado da análise de conteúdo. Por meio de pesquisa de campo, identificamos os editores e os chefes de redação que atuaram nas coberturas.

2º Grupo – Fontes citadas nas reportagens das secas de 2005/2010:

Composto por cientistas citados nas reportagens sobre as secas de 2005/2010 e representantes entidades ligadas aos municípios afetados. A análise de conteúdo permitiu



a identificação a principal fonte científica consultada para alimentar de sentidos às reportagens e o representante de entidade ligada aos municípios que teve maior espaço nos textos.

3º Grupo – Leitores Qualificados:

Os leitores qualificados foram escolhidos em uma amostra intencional, composta por cientistas da área de clima e meio ambiente na Região, ambientalistas, lideranças da sociedade civil organizada ligada a organizações não governamentais brasileiras e com sede em Manaus e políticos e gestores públicos envolvidos na formulação de políticas públicas para o meio ambiente. Todos concordaram em ler o conjunto de matérias das coberturas da seca de 2005 e 2010 antes de serem.

Os resultados pesquisa (obtidos dos resultados da análise de conteúdo das reportagens e das entrevistas) foram analisados tendo como base o grau de esclarecimento das narrativas jornalísticas sobre os problemas ambientais e a observância dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental agrupas em cada uma das cinco categorias e análise. A partir dele, buscamos fazer inferências sobre a qualidade da informação recebida pelos leitores dos dois principais jornais impressos de Manaus (A Crítica e Diário do Amazonas) e, conseqüentemente, se a cobertura jornalística das secas no Amazonas em 2005 e 2010 contribuiu ou não para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores da principal capital da Região Amazônica sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais. Apresentação tanto dos dados quanto das inferências será feita no próximo capítulo.

4 - Algumas conclusões:

A pesquisa teve como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas no Amazonas nos anos de 2005 e 2010 e se propôs a buscar responder para seguinte pergunta: a imprensa escrita de Manaus conseguiu informar eficientemente seu público sobre os fenômenos e suas implicações? Para dar tal resposta propomos uma trilha teórico-metodológica quem compreendeu estabelecimento dos princípios teóricos norteadores da função social do jornalismo nas democracias e dos seus gêneros científico e ambiental (primeiro capítulo), caracterizamos a questão ambiental e seus impactos na Amazônia e o papel do jornalista diante deles (segundo capítulo), definimos os parâmetros metodológicos (terceiro capítulo) e, finalmente, apresentamos as respostas a



pergunta que orientou a pesquisa a partir da análise e da interpretação das coberturas a luz dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental neste capítulo.

Escolhemos como categorias de análise, cada uma contendo elementos referentes a qualidades de uma cobertura fiel aos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental, e em todas elas foram encontradas fragilidades. Na categoria precisão, percebemos uma cobertura que não omitiu e tão pouco supervalorizou os fatos (sensacionalismo), mas focou-se predominantemente em retratar os dramas e as ações governamentais negligenciando informações sobre suas causas, fundamentais para uma reflexão sobre a prevenção de impactos futuros.

A independência das coberturas se viu sitiada pelas relações inconfessáveis entre governos e veículos de comunicação em uma redação e pela falta de preparo dos jornalistas envolvidos para contrapor os discursos oficiais. Esses dois fatores elegeram as fontes oficiais, ligados ao Estado, como principais origens das informações publicadas e converteram a maior parte do conjunto das matérias publicadas em canais acrílicos a veiculação das ações do poder público em 2005 (ano pré-eleitoral) e durante as eleições de 2010. Com isso, os leitores dos matutinos pesquisados não puderam contar com estes como monitores independentes do poder e capazes de reverberar seus pleitos e alertá-los sobre a não observância dos seus direitos. Função essa legada ao jornalismo nas sociedades democráticas.

Com a independência comprometida, conseqüentemente, a pluralidade e a contextualização das coberturas também evidenciaram problemas. Pesquisadores, representantes da sociedade civil organizada, afetados pelas secas e empresários tiveram espaço nas coberturas, mas nada comparado primazia das fontes oficiais que foram ouvidas em todas as matérias. Em razão disso, o cenário retratado pelas matérias ofereceu poucas possibilidades para a manifestação das várias vozes que poderiam tanto humanizar a cobertura quanto ampliar seu valor informativo. Sem diversidade de fontes para abastecer de sentidos o trabalho jornalístico, a maior parte dos textos deixou de fora a questão ambiental, a falta de políticas públicas que possam amenizar os impactos dos eventos climáticos extremos, as possíveis causas dos fenômenos, a ausência do Estado nos municípios do interior do Amazonas e outros temas possíveis de debater ao longo de quatro meses de cobertura.

Os resultados das categorias precisão, independência, pluralidade e precisão muitas vezes foram justificados pelos jornalistas entrevistados, em especial os editores e chefes de redação, como frutos, em parte, da falta de estrutura, dos desafios logísticos de se fazer



jornalismo na Amazônia e por influências governamentais nas redações. O conjunto dos dados apresentados, as entrevistas e suas interpretações apontam no sentido que esses fatores existiram e influenciaram em alguns casos. No entanto, a categoria sensibilização nos mostrou a falta de um posicionamento engajado das redações em assumirem o papel de mediadoras do conhecimento científico, apresentar o relevante de forma interessante, cumprir um papel educativo capaz de fornecer aos leitores uma visão do papel do Estado e deles próprios diante das crises ambientais cujos efeitos foram fartamente noticiados. Vale ressaltar que não detectamos posicionamentos de rejeição da realização de um trabalho jornalístico mais amplo, a maioria dos jornalistas entrevistados corajosamente deixaram claro que houve uma percepção tardia de que ele era possível e necessário.

Embora tenhamos feito as análises utilizando categorias distintas e mutuamente exclusivas, os elementos que as constituem são imbricados e não podem ser entendidos de forma estanque. Se reunidos no fazer jornalístico, os elementos constitutivos das categorias escolhidas tem possibilidade de atender a múltipla capacidade de produzir significados, cujos requisitos são: resgatar o protagonismo social, expandir-se na contextualização cultural, pesquisa das raízes histórias e promover a escuta de especialistas sobre o tema da pauta (MEDINA, 2008). Os resultados obtidos por esta pesquisa não apontam para o atendimento destas premissas. Por isso, acreditamos ser possível afirmar que a cobertura das secas feitas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas nos anos de 2005 e 2010 não conseguiu informar eficientemente seu público sobre os fenômenos e suas implicações.

5 - Considerações

Qualificação do jornalismo praticado na Amazônia e desenvolvimento regional. Esses foram os fatores motivadores desta pesquisa interdisciplinar desde a concepção do projeto até sua finalização. A crença no papel fundamental da imprensa em iluminar e promover o debate esclarecido dos problemas da região de maior interesse econômico e ecológico do planeta e, com isso, contribuir com seu crescimento e a inclusão social sustentada de suas populações foram os panos de fundo de todo esforço investigativo. Aqui nestas considerações finais aproveito para discorrer sobre as intensões da pesquisa e apresento alguns caminhos que talvez possam ser aproveitados nas redações e nas escolas de jornalismo.

Muito da imagem que o mundo atual possui da Amazônia é fornecida pela imprensa. A internet permite aos internautas de todo o planeta acessar os portais



noticiosos de Manaus de todo país, as agências de notícias repercutem na grande imprensa mundial “as últimas” da região amazônica e as redes sociais dão a cada pessoa com acesso a elas a condição de não só acessar estes conteúdos como ressignificá-los e amplificar sua audiência. Logo, o trabalho jornalístico feito na e a partir da Amazônia tem ou teria grande impacto em como pessoas e governos percebem sua gente, seus problemas, suas necessidades e demais características específicas.

Coberturas focadas apenas nos dramas dos eventos climáticos extremos, no exotismo da fauna e dos costumes das populações tradicionais fazem da mídia a moderna versão dos europeus que por aqui aportaram no século XVI. Gondin (2007) relata que a Amazônia não foi descoberta, mas inventada pelo imaginário dos colonizadores recheado pelas fantasias greco-romanas e estórias pouco verossímeis chegados da Índia. Os relatos escritos e orais dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes ajudaram a inventar a região no imaginário coletivo da época, principalmente na Europa, hora como paraíso terreno e hora como inferno verde recheado de feras até então desconhecidas. Os jornalistas em sua “literatura apressada” do século XXI e também conhecidos como historiadores do tempo presente, precisam romper com essa invenção equivocada da Amazônia.

Esse rompimento torna-se mais importante nesse momento de discussão sobre a mudança ou não de modelo de desenvolvimento econômico para outro que leve em conta a finitude dos recursos naturais e a garantia das necessidades das gerações futuras. A Amazônia tem papel central nesta discussão e torna-se importante dar conhecimento à sociedade e lembrar os governos que desenvolver a região significa vencer um grande desafio no campo do conhecimento científico, do crescimento econômico, da melhoria da qualidade de vida e de sua inserção no cenário nacional e mundial (BATISTA, 1976). A imprensa precisa fomentar debate sobre políticas públicas para vencer este desafio, e as secas deram a oportunidade, não aproveitada, de incluir nas pautas algumas chaves para solucionar o “enigma da esfinge” de Batista (1976): a produção de conhecimento científico e tecnológico; a contenção das práticas destrutivas do ecossistema amazônico; e o desenvolvimento de uma agrotécnica capaz de favorecer a produção de alimentos e o aproveitamento racional do solo.

Freyre (1987) faz alerta semelhante ao argumentar a necessidade do Brasil ter, na medida do possível, uma harmonia entre as engenharias física, humana e social para desenvolver-se. Segundo o autor, cada uma destas engenharias possui uma função específica: a engenharia humana trata do ajustamento do homem físico a engenhos, a



máquinas, a veículos, a dimensões, iluminação, aeração de residências, de locais de trabalho e até lazer; a engenharia física seria a arte de aplicar conhecimentos científicos ou empíricos à criação de estruturas a serviço do homem; e a social teria como função ocupar-se da criação e do aperfeiçoamento de estruturas sociais, ou de formas de convivência social (política ou econômica). Neste contexto aparece a Amazônia, que para o autor “interessa não só ao homem apenas moderno como à humanidade já pós-moderna como tema de caráter universal” (p.111).

O jornalismo praticado na Amazônia precisa estar atento às questões levantadas por Djalma Batista e Gilberto Freyre e engajado na promoção do debate esclarecido delas junto à sociedade. No momento em que o modelo de desenvolvimento econômico está em xeque, a sociedade e dos governos precisam estar atentos, pois formação econômico-social da região pode ser vista como resultado da dinâmica da globalização do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise do capital (SILVA, 1999). A autora ressalta essa preocupação quando lembra-nos que, no passado, os impactos da globalização confundem-se os processos de domínio da natureza, ocupação econômica e de fronteiras físicas e políticas. Uma sociedade bem informada na Amazônia tem mais chances de buscar autonomia decisória que nunca teve nas questões alusivas ao desenvolvimento da região.

Fontes, leitores e alguns jornalistas identificam o desconhecimento e o despreparo das redações para lidar com estas questões da Amazônia. As escolas de jornalismo e as empresas poderiam desempenhar um papel importante em formar profissionais conhecedores dos desafios da região que irão cobrir, a falta desta compreensão influi fortemente em resultados como os aferidos nesta pesquisa em relação à fragilidade da qualidade da informação prestada aos leitores e, conseqüentemente, no potencial esclarecedor delas. Acreditamos que o jornalista formado ou que atue na Amazônia tem um dever com ela, com seus povos, com o país e, porque não dizer com a humanidade de estar comprometido com seu destino. E para isso precisa se preparar nas faculdades, se já no mercado por meio de capacitações promovidas pelos veículos ou por iniciativa própria em resposta a função social da profissão.



REFERÊNCIAS

- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Conquista: 1976.
- BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Depto. de Jornalismo e Editoração. Doutorado. São Paulo, 1984.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.
- CAMARA, Eric Brücher. Reunião de Cancún termina com acordo não-vinculante. **BBC**. Cancún (México), 10 de dez. 2010h. Disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/12/101211_cancun2_ebc_rc.shtml?s>
Acesso em: 11 de dez. 2010.
- CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Editora Minerva: Coimbra, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Homens, engenharias e rumos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2007.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LASWELL Harold D. **Politics: who gets what? when? how?** New York: Whittlesey House, 1936.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEFF, Henrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- NOBLAT, Ricardo. **Arte de fazer um Jornal Diário**. São Paulo: Contexto, 2002.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Stephen D. **Mediating the message, theories on influences on mass media content**. 2 ed. White Plains/NY: Longman, 1996.
- SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – porque as notícias são como são**. 2ª. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.